

Assunto: Liminar autoriza abertura do bufê do Game Station	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção/Repórter:
Página: 12	Data: 07/07/2014

jornal do commercio

Liminar autoriza abertura de bufê do Game Station

O Game Station Buffet foi liberado, na tarde de ontem, para retornar às atividades. O estabelecimento foi fechado após denúncia de surto alimentar que atingiu 18 pessoas, a maioria crianças, após uma festa de aniversário na quarta-feira (2). A decisão veio através de uma liminar concedida pelo juiz Marcus Vinicius Nonato Rabelo Torres. Em nota, o bufê declarou que a interdição ocorreu “sem qualquer justificativa” e “sem que se comprovasse a existência de irregularidade nas amostras”. O bufê alega que no dia 2 foram fornecidos alimentos para 12 festas e em apenas uma os convidados sofreram desconforto intestinal e sugere que sejam verificados de houve consumo de produtos de outros fornecedores.

Assunto: Desembargador Fausto Campos em evento	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIVER	Seção/Repórter: João Alberto
Página: D3	Data: 07/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO




Amanda e o desembargador Fausto Campos, em evento no La Cuisine Petit Comité

Assunto: Ação do TJPE para aliviar caos em prisões	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CAPA	Seção/Repórter:
Página: 1	Data: 06/07/2014

jornal do  commercio

Ação do TJPE para aliviar caos em prisões

Relatório do CNJ aponta
falhas da Justiça e recomenda
17 medidas.  cidades 4

Assunto: Ação do TJPE para aliviar caos em prisões	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção/Repórter: Jorge Cavalcanti
Página: 4	Data: 06/07/2014

jornal do  **commercio**

O veredito do CNJ

Jorge Cavalcanti

cavalcanti.jorge@gmail.com

Elaborado após mutirão no Complexo do Curado, na Zona Oeste do Recife, relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tece críticas ao Poder Judiciário estadual. Aprovado por unanimidade pelo plenário do órgão no mês passado, o documento definiu 17 recomendações e estabeleceu prazos. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) agora terá até 90 dias para promover melhorias e dar sua contribuição para amenizar o caos no sistema prisional, considerado um dos mais problemáticos do Brasil. Proporcionalmente, Pernambuco tem a maior superlotação carcerária, à frente de São Paulo, e um elevado percentual de presos provisórios, como são chamados aqueles que ainda estão na condição de suspeitos de crimes. Metade dos cerca de 30 mil presos aguarda julgamento.

A falta de um sistema de informática integrado é uma das principais críticas do relatório, assinado pelo juiz alagoano José de Braga Neto, ao Judiciário pernambucano. Em 2011, no último mutirão do CNJ na unidade, à época ainda chamada de Presídio Professor Anibal Bruno, o órgão já havia censurado a forma como era realizado o monitoramento da situação dos presos e a falta de controle sobre o prazo dos benefícios concedidos a cada um deles. "O sistema informatizado para controle de processos (chamado Judwin), adotado pelo TJPE, é precário, diga-se de passagem, o qual desde o último mutirão foi alvo de recomendações para fins de melhoria e, continua



REFORMA A Seres iniciou obras no complexo para melhorar estrutura

com dois módulos (...) que não se integram", escreveu José Braga Neto. As impressões do magistrado do Estado vizinho subsidiaram o voto do relator Guilherme Calmon, um dos 15 conselheiros do órgão.

Pernambuco tem quatro Varas das Execuções Penais, divididas por regiões. O Complexo do Curado abriga 22% da população carcerária do Estado. Ele e outras seis unidades prisionais são da 1ª VEP, responsável por pelo menos 16 mil casos. A discrepância entre o número de servidores de cada vara e a respectiva quantidade de processos também mereceu destaque do CNJ. "A 1ª VEP tem a quantidade de processos total equivalente à soma das demais VEPs juntas, com o mesmo quantitativo de servidores (18)", destacou o juiz alagoano.

A demanda de processos superior à capacidade do Judiciário em julgá-

los ajuda a explicar o caos do Complexo do Curado. Com capacidade para 1.466 vagas, confinava 6.862 homens em abril, início do mutirão, dos quais 4.448 deles aguardavam a sentença. Um índice de 64,8% de provisórios.

A situação de um detento suspeito de homicídio em Olinda chamou a atenção do magistrado designado pelo CNJ. Rodrigo da Silva Gonçalves está no cárcere há seis anos e seis meses. Mas, até agora, só ele foi interrogado, sem que nenhuma testemunha tenha sido ouvida. Nove audiências designadas não foram realizadas. "O paciente está preso há cerca de 2.400 dias, sem saber sequer quantos meses mais terá que aguardar para que a instrução seja concluída, com provável impronúncia diante da ausência de provas, mesmo sendo totalmente desnecessária sua prisão", destacou o magistrado.

Outra vara de execução em estudo

Depois de ter recebido e analisado o relatório do CNJ, o Judiciário pernambucano informou que vai seguir as 17 recomendações listadas no documento. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Frederico Neves, analisa a criação de mais uma Vara de Execuções Penais na capital, para dividir a demanda existente hoje sobre a 1ª VEP, a mais sobrecarregada das quatro do Estado.

O mutirão carcerário do CNJ contou com a participação de 18 magistrados e 23 servidores designados pelo TJPE. A colaboração do Judiciário pernambucano foi, inclusive, elogiada. "A forma de atuação dos

juizes foi eficiente, eficaz e rápida (...). Ressalta-se que muitos tiveram perda financeira parcial na gratificação proveniente da Justiça Eleitoral e nem por isso reduziram o grau de comprometimento", destacou o coordenador do trabalho, José de Braga Neto, do Tribunal de Justiça de Alagoas.

O juiz Luiz Rocha e o promotor Marcos Aurélio, ambos da 1ª Vara de Execuções Penais, também avaliaram o teor do documento. Ambos afirmam concordar com as ponderações do relatório do CNJ. Mas discordam veementemente de um trecho do documento: a afirmação do magistrado alagoano de que os

dois não inspecionam o Complexo do Curado uma vez por mês, como determina a Lei de Execuções Penais.

Luiz Rocha e Marcos Aurélio vão juntar documentos que possam comprovar as visitas para mandá-los ao CNJ, juntamente a um pedido de correção parcial do relatório. "Houve equívoco em algumas informações prestadas ao colega ou ele deve ter entendido de forma equivocada. Dizer que eu e o doutor Marcos Aurélio não estamos dentro das unidades é, no mínimo, desconhecimento", ponderou Luiz Rocha, mostrando vídeos gravados por ele mesmo em mais de uma unidade.

Saiba mais



Algumas das 17 recomendações do CNJ

- Por ser mais célere e econômico, criar meio eletrônico para remeter à Seres os pronunciamentos judiciais sobre condenação criminal e alvará de soltura, após verificar que não mais existe motivos para manter o beneficiado no cárcere
- Priorizar o julgamento de ações penais de réus presos, em especial nos crimes hediondos (estupro e homicídios) e equiparados a hediondos (tráfico de drogas)
- Reavaliar a distribuição de competência entre as quatro Varas de Execuções Penais (VEPs), considerando que a 1ª tem mais processos que as demais juntas e com a mesma quantidade de servidores
- Aumentar o número de servidores da 1ª VEP, uma vez que o número (38) é insuficiente
- Melhorar o sistema de informática, o Judwin, que é precário e não integrado com o módulo dos juízes processantes
- Cobrar de todos os magistrados de varas e comarcas a atualização do Judwin da qualificação completa dos presos evitando homônimos para facilitar a consulta por unidades prisionais e agilizar a consulta de mandados de prisão e a consequente liberação dos detentos
- Determinar a análise da situação dos presos que não tiveram seus processos avaliados no mutirão carcerário
- Expedir atestados de pena a cumprir, com base nos cálculos realizados no mutirão
- Remeter à Seres relatório situacional elaborado pelas varas e comarcas dos processos constantes na lista disponibilizada no mutirão, para a atualização dos registros carcerários

O sistema em números

30.149 homens e mulheres encarcerados

50% deles são provisórios

8.956 vagas disponíveis

21.193 é o déficit

Assunto: A falta de consciência	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção/Repórter: JC nas ruas
Página: 2	Data: 06/07/2014

jornal do commercio



As dificuldades do trânsito tornam alguns motoristas cidadãos menos comprometidos com o direito do próximo. Regularmente as rampas de acesso para cadeirantes, localizadas entre a AACD e o Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, área central do Recife, ficam obstruídas por carros. E quem tem dificuldade de locomoção que arrume outro jeito de atravessar a rua.

Assunto: Sócios no caos do sistema prisional	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção/Repórter: JC nas ruas
Página: 2	Data: 06/07/2014

jornal do commercio

Sócios do caos

O relatório do CNJ, elaborado após um mutirão no Complexo do Curado e mostrado na página 4 deste caderno, prova que a responsabilidade sobre a condição desumana dos que estão no cárcere também é do Judiciário. Quando o assunto é sistema prisional, a crítica mais contundente recai sobre o Executivo. Mas os dois mantêm sociedade.

Tortura no cárcere

A ditadura militar, cuja uma das chagas foi a tortura, acabou há três décadas. Mas, no Complexo do Curado, o juiz designado pelo CNJ recebeu um bilhete de um detento que o intrigou: "Venho lhe pedi meu bonde (transferência) pois já fui queimado e sofri dois atentados de morte. Mim (sic) ajude". O homem conseguiu ser transferido.

Assunto: Evite problemas de última hora

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: COTIDIANO

Seção/Repórter:

Página: 4

Data: 06/07/2014

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Documentação é fundamental para viajar com menores de idade

Evite problemas de última hora

■DEPENDENDO da faixa etária, e do destino programado para as férias, é preciso ter em mãos a papelada exigida pela Justiça

Início das férias escolares, para muitos, é hora de arrumar as malas e seguir viagem. No entanto, quem estiver acompanhado por crianças e adolescentes precisa ficar atento para as documentações necessárias às viagens internacionais, estaduais e, principalmente, internacionais. Em alguns casos, a autorização judicial é fundamental, tanto em deslocamentos de avião quanto de ônibus. Porém, muitas pessoas desconhecem as exigências necessárias, o que pode prejudicar o andamento das férias. De acordo com a juíza da 1ª Vara da Infância, Valéria Pereira Wanderley, é comum deixar esse detalhe para a última hora e, por isso, muitos acabam passando por percalços.

Para viagens dentro do território nacional não é necessária autorização para crianças menores de 12 anos, desde que estejam acompanhadas de parentes como o pai, mãe, avós, bisavós, irmãos, tios ou sobrinhos, todos maiores de 18 anos, com documentação original com foto que possa comprovar o parentesco. Caso não



Laila Santana

JUIZA da 1ª Vara da Infância, Valéria Wanderley diz que pais têm que se programar para não ter dor de cabeça

haja nenhum parentesco entre a criança e o acompanhante, uma autorização deve ser assinada pelo pai ou pela mãe, com firma reconhecida por autenticidade ou semelhança. Caso a criança vá viajar sob a responsabilidade da companhia aérea ou rodoviária, a autorização judicial é obrigatória. No caso dos adolescentes entre 12 e 18 anos, nenhuma autorização é necessária para as viagens nacionais.

"O mais difícil nesse período de férias é que muita gente

Folha resume

Início das férias, é hora de colocar em ação todos os planejamentos para as viagens. Contudo, os pais e responsáveis devem ficar atentos para as autorizações e documentações necessárias para as viagens das crianças e dos adolescentes, necessários para viagens nacionais ou internacionais.

deixa essas questões para a última hora. Normalmente, se preocupam com outras coi-

sas da viagem, esquecendo que para embarcar com as crianças, geralmente, preci-

sam de autorização. Em alguns casos, esquecem até da documentação da própria criança", pontuou a juíza.

Outro problema levantado pela magistrada é o uso de documentos que não são os originais ou não possuem autenticação. "O que temos de alertar os pais ou responsáveis é que busquem as autorizações com antecedência", alertou.

As maiores atenções são dadas para as viagens internacionais, bastante escolhidas pelos jovens nessa época do

Saiba mais

EXTERIOR - Nas viagens internacionais, as autorizações de viagem não se configuram como liberação para fixação de residência no exterior. Além disso, após reconhecimento judicial, os documentos devem também passar pela aprovação da Repartição Consular Brasileira.

ano. A autorização judicial é obrigatória, tanto para as crianças quanto para os adolescentes quando um dos genitores está impossibilitado de dar autorização ou tiver o paradeiro ignorado. Já nos casos em que apenas um dos pais vai acompanhar o filho, uma autorização deve ser dada por escrito, também com firma reconhecida. Para as viagens, por exemplo com as agências de turismo, os dois responsáveis devem emitir o consentimento.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) conta, ainda com o serviço de assinatura digital. Após a entrega da documentação na Vara da Infância o documento pode ser impresso em casa. Mais informações podem ser acessadas no site do TJPE: www.tjpe.jus.br pelo telefone 3181.5902, da 1ª Vara da Infância; ou pelo 3322.4113, do Juizado de Menores, que fica no Aeroporto Internacional dos Guararapes.

Assunto: Memorial da Justiça	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CAPA DOIS	Seção/Repórter: Repórter JC
Página: 2	Data: 05/07/2014

jornal do commercio

Justiça

O Memorial da Justiça do TJPE realiza oficinas de férias para crianças (de culinária, teatro, música, xadrez, HQ e mamulengo) buscando mostrar o papel do Poder Judiciário na promoção da cidadania. Vagas limitadas. E-mail memorial.educativo@tjpe.jus.br

Assunto: Caso Artur – Justiça vai analisar pedido de habeas corpus	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: ÚLTIMAS NOTÍCIAS	Seção/Repórter: Geison Macedo
Página: 2	Data: 05/07/2014



Caso do médico Arthur Eugênio tem novo capítulo

Justiça vai analisar pedido de habeas corpus

■ **ADVOGADO** Braz Neto considerou a Presunção de Inocência como principal argumento à revogação da prisão temporária

GEISON MACEDO
Do Portal FolhaPE

A defesa do bacharel em Direito Cláudio Amaro Gomes Júnior, suspeito de envolvimento no assassinato do cirurgião-torácico Arthur Eugênio Bezerra de Azevedo, entrou com um pedido de revogação da prisão temporária do cliente, confirmou ao Portal FolhaPE, o advogado Braz Neto. O recurso foi impetrado na 1ª Vara do Tribunal do Juri de Jaboatão dos Guararapes, às 11h28 desta sexta-feira. Cláudio Júnior está detido no Centro de Thiagem (Cotel), em Abreu e Lima, junto com o seu pai, o médico Cláudio Amaro Gomes, que também é suspeito de participação na morte do colega.

Na petição, o advogado considerou a Presunção de Inocência, prevista no artigo 5º a Constituição Federal (CF). "Ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória", declarou Braz Neto. Questionado sobre a expectativa de um possível deferimento do pedido pela juíza substituta Gisele Vieira de Resende, o advogado demonstrou confiança. "Estamos esperançosos, pois ele preenche todos os requisitos exigidos para a revo-



CLÁUDIO Amaro Gomes Júnior, um dos suspeitos, está preso no Cotel

Folha resume

O pedido de revogação da prisão do bacharel em Direito Cláudio Amaro Gomes Júnior, um dos suspeitos do assassinato do cirurgião-torácico Arthur Eugênio Bezerra de Azevedo, foi impetrado ontem na 1ª Vara do Tribunal do Juri de Jaboatão dos Guararapes. O suspeito permanece preso no Cotel.

gação da prisão temporária".

Na última quarta-feira, a juíza substituta Gisele Vieira de Resende deferiu o pedido de prorrogação temporária do médico e do bacharel em Direito, feito pelo delegado Guilherme Caraciolo, que está à frente do inquérito do assassinato do cirurgião. Com isso, os dois suspeitos devem ficar mais 30 dias na prisão.

O delegado alegou que a soltura deles poderia comprometer as investigações. A polícia apurou que o médico

e o bacharel em Direito realizavam ligações telefônicas e vinham ameaçando testemunhas. A Secretaria de Ressocialização (Seres) identificou que Cláudio Júnior chegou a passar 20 dias no castigo, sozinho em uma cela, após ter sido constatado que ele teve acesso a um celular. Uma sindicância foi aberta para apurar como o equipamento chegou às suas mãos.

O pedido de revogação da prisão temporária já havia sido feito pela defesa do médico

Saiba mais

CRIME - O corpo do médico paraibano Artur foi encontrado dentro do seu veículo, às margens da BR-101, próximo ao município de Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife (RMR). A vítima apresentava quatro disparos de arma de fogo. O cirurgião-torácico Cláudio Amaro Gomes e o seu filho, Cláudio Amaro Gomes Júnior, foram detidos no dia 03 de junho suspeitos de serem os mandantes do assassinato.

Cláudio Amaro Gomes, no dia 13 de junho. A solicitação, no entanto, foi indeferida pela juíza Inês Maria de Albuquerque, titular da 1ª Vara do Tribunal do Juri de Jaboatão dos Guararapes.

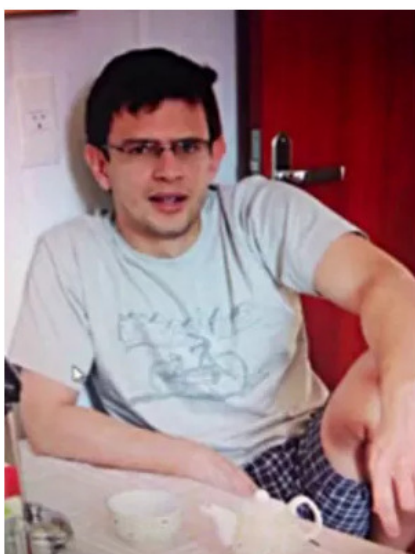
Expedito Lima/Arquivo Folha

Assunto: Advogados de suspeito de morte de médico entram com Habeas Corpus	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 07/07/2014
Editoria:	Seção:

G1**PERNAMBUCO**

Advogados de suspeito de morte de médico entram com Habeas Corpus

TJPE recebeu pedido de Habeas Corpus na 1ª Câmara Criminal. Junto com pai, bacharel em direito é suspeito de planejar morte de médico.



Cirurgião Artur de Azevedo foi morto no dia 12 de maio. (Foto: Reprodução / TV Globo)

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) informou, na tarde desta sexta-feira (4), que os advogados do bacharel em Direito Cláudio Amaro Gomes Júnior entraram com pedido de Habeas Corpus na 1ª Câmara Criminal. O bacharel em Direito e o pai, o médico Cláudio Amaro Gomes, são os principais suspeitos pelo assassinato do cirurgião Artur Eugênio de Azevedo Pereira, no dia 12 de maio.

Segundo o TJPE, o desembargador Roberto Lins, responsável pelo processo, fez uma alegação de prevenção – recurso usado para que processos relacionados entre si fiquem a cargo de um mesmo desembargador. Conforme o órgão, o processo deve ser repassado para o desembargador Marco Maggi, da 4ª Câmara Criminal, que está acompanhando o Habeas Corpus do pai de Cláudio Amaro Júnior.

O TJPE informou que, até o momento, nenhum pedido de revogação de prisão por parte dos advogados do bacharel havia sido feito no Tribunal. Ainda nesta semana, a juíza Gisele Vieira de Resende, da 1ª Vara do Tribunal do Júri de [Jaboatão dos Guararapes](#), deferiu o pedido da Polícia Civil para que fossem prorrogadas as prisões temporárias dos dois. Desse modo, eles ficam presos por mais 30 dias, no mínimo. A Polícia Civil entrou com o pedido na última terça (1º), um dia antes da prisão temporária dos dois expirar.

Cláudio Gomes e o filho estão presos no Cotel desde o dia 3 de junho. De acordo com o delegado Guilherme Caraciolo, a permanência dos suspeitos na prisão é muito importante para a conclusão do inquérito. Caraciolo revelou que, mesmo detidos, os dois estariam fazendo ligações telefônicas para intimidar testemunhas. A polícia ainda investiga dois suspeitos pelo assassinato de Artur Eugênio, que não foram presos por falta de provas.

Entenda o caso - O médico Cláudio Gomes e o filho são suspeitos de planejar a morte do cirurgião Artur Eugênio, que foi arrastado por dois homens na entrada do prédio onde morava, em Boa Viagem, na Zona Sul do [Recife](#), na noite do dia 12 de maio. O corpo dele foi encontrado no dia seguinte, com quatro marcas de tiro, às margens da rodovia BR-101, em Jaboatão dos Guararapes. O carro da vítima foi queimado e abandonado no bairro da Guabiraba, Zona Norte do Recife. As investigações apontam que Cláudio Gomes e Artur, que já trabalharam juntos, tinham divergências profissionais, o que teria motivado o crime. Cláudio e o filho devem ser indiciados por sequestro, homicídio duplamente qualificado, roubo e associação criminosa.

No dia 13 de junho, a juíza Inês Maria de Albuquerque, da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes, indeferiu o pedido de revogação de prisão para o médico Cláudio Gomes. No dia 9 de junho, o desembargador Marco Maggi, 4ª Câmara Criminal, já havia negado pedido de habeas corpus feito pela defesa do médico. Artur era paraibano e atuava no Hospital de Câncer de Pernambuco, Hospital das Clínicas, Imip e Português. Ele tinha família em Campina Grande e era formado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O médico era benquisto e descrito como uma pessoa calma - o corpo dele foi enterrado no dia 15 de maio, em Campina Grande.

Assunto: Tribunal de Justiça com inscrições abertas para curso de férias	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 07/07/2014
Editoria:	Seção:



Tribunal de Justiça com inscrições abertas para curso de férias

A partir do dia 14 de julho, as crianças de 7 a 10 anos terão seis novas opções de entretenimento no Recife. As oficinas de férias, que vão até o dia 31, no bairro do Recife, são organizadas pelo Memorial da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para mostrar o papel do Poder Judiciário na construção da cidadania. O número de vagas é limitado, e as inscrições devem ser realizadas pelo e-mail memorial.educativo@tjpe.jus.br ou pelo telefone (81) 3181-9440.

As atividades serão baseadas na exposição "Uma questão de justiça", também organizada pelo Memorial, que mostra processos antigos e arquivos históricos, como figurinos, objetos e imagens, para resgatar temas como escravidão, capoeira e cangaço. As oficinas, que vão começar às 14h, e terminar às 18h, terão como tema culinária, teatro, música, xadrez, história em quadrinhos e mamulengo através de um universo lúdico e pedagógico.

Assunto: Liminar autoriza reabertura do Game Station Buffet, no bairro do Pina	
Veículo: folhape.com.br	Data: 07/07/2014
Editoria:	Seção:



Liminar autoriza reabertura do Game Station Buffet, no bairro do Pina

Casa de festa foi interditada pela Vigilância Sanitária no último dia 4

O Game Station Buffet, localizado no bairro do Pina, Zona Sul do Recife, está autorizado funcionar a partir deste domingo (6). A casa de festa foi interditada pela Vigilância Sanitária do Recife, no último dia 4, após denúncia de surto alimentar de 18 pessoas, na maioria crianças, que ingeriram comidas produzidas pelo estabelecimento para um aniversário. A decisão liminar foi concedida hoje pelo juiz Marcus Vinicius Nonato Rabelo Torres, autorizando o retorno às atividades.

Em nota, o Game Station Buffet informou que o estabelecimento forneceu alimentos para 12 festas infantis e não foi notificado de nenhum mal estar entre os clientes, apenas no evento que gerou a denúncia. Na quinta-feira (3), a Vigilância Sanitária recolheu amostras de salgados e doces para análise, além de convocar 25 manipuladores de alimentos do local para fazer coleta de material nas unhas, para identificar possíveis causas.

Confira a nota na íntegra:

Uma decisão liminar concedida na tarde deste domingo (06) pelo juiz Marcus Vinicius Nonato Rabelo Torres, autorizou o retorno às atividades do Game Station Buffet, localizado à Rua Estudante Jeremias Bastos, 228, no bairro do Pina. Em virtude da divulgação na imprensa do ato de interdição, o estabelecimento esclarece que:

1 – Na última quarta-feira, 02 de julho de 2014, o Buffet forneceu alimentos para doze festas infantis. Todos os itens repassados aos clientes foram produzidos na mesma cozinha e manipulados pelos mesmos funcionários, não tendo sido constatado qualquer mal estar entre os que consumiram os produtos nos demais eventos, exceto naquele que gerou a denúncia e posterior interdição. Desta forma, acreditamos que seja necessário analisar amostras de alimentos advindos de outras fontes, de outros fornecedores, que porventura possam ter sido servidos na referida festa.

2 – Quando visitado pela equipe da Vigilância Sanitária do Recife, na quinta-feira, 03 de julho, o estabelecimento não se negou a fornecer material para análise, nem a colaborar com a apuração do ocorrido. Nesta ocasião, foram coletados produtos e insumos, que foram levados para análises, com resultados previstos para conclusão num prazo de cinco dias, sem que tivesse sido necessária a interdição imediata do estabelecimento, visto que, no local, não foi encontrada qualquer situação em desacordo com as regras e padrões de vigilância à saúde.

3 – No dia seguinte à primeira visita, a Vigilância Sanitária do Município retornou ao local e interditou o Buffet sem apresentar qualquer justificativa para tal ato e sem que se comprovasse a existência de qualquer irregularidade nas amostras fornecidas ou no local de preparo dos produtos.

4 – Por esta razão, a justiça entendeu e demonstra, por meio da decisão de reabertura do Game Station Buffet, que não há indícios que justifiquem a suspensão das atividades do mesmo. O

estabelecimento se mantém à disposição para colaborar com o trabalho das autoridades sanitárias da cidade e deseja que o fato seja esclarecido com o máximo de celeridade.

Assunto: Sistema prisional de Pernambuco	
Veículo: jconline	Data: 07/07/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

O veredito do CNJ

Aprovado por unanimidade, relatório lista ao TJPE 17 medidas para atenuar o caos do sistema prisional e Pernambuco



Elaborado após mutirão no Complexo do Curado, na Zona Oeste do Recife, relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tece críticas ao Poder Judiciário estadual. Aprovado por unanimidade pelo plenário do órgão no mês passado, o documento definiu 17 recomendações e estabeleceu prazos. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) agora terá até 90 dias para promover melhorias e dar sua contribuição para amenizar o caos no sistema prisional, considerado um dos mais problemáticos do Brasil. Proporcionalmente, Pernambuco tem a maior superlotação carcerária, à frente de São Paulo, e um elevado percentual de presos provisórios, como são chamados aqueles que ainda estão na condição de suspeitos de crimes. Metade dos cerca de 30 mil presos aguarda julgamento.

A falta de um sistema de informática integrado é uma das principais críticas do relatório, assinado pelo juiz alagoano José de Braga Neto, ao Judiciário pernambucano. Em 2011, no último mutirão do CNJ na unidade, à época ainda chamada de Presídio Professor Aníbal Bruno, o órgão já havia censurado a forma como era realizado o monitoramento da situação dos presos e a falta de controle sobre o prazo dos benefícios concedidos a cada um deles. “O sistema informatizado para controle de processos (chamado Judwin), adotado pelo TJPE, é precário, diga-se de passagem, o qual desde o último mutirão foi alvo de recomendações para fins de melhoria e, continua com dois módulos (...) que não se integram”, escreveu José Braga Neto. As impressões do magistrado do Estado vizinho subsidiaram o voto do relator Guilherme Calmon, um dos 15 conselheiros do órgão.

Pernambuco tem quatro Varas das Execuções Penais, divididas por regiões. O Complexo do Curado abriga 22% da população carcerária do Estado. Ele e outras seis unidades prisionais são da 1ª VEP, responsável por pelo menos 16 mil casos. A discrepância entre o número de servidores de cada vara e a respectiva quantidade de processos também mereceu destaque do CNJ. “A 1ª VEP tem a quantidade de processos total equivalente à soma das demais VEPs juntas, com o mesmo quantitativo de servidores (18)”, destacou o juiz alagoano.

A demanda de processos superior à capacidade do Judiciário em julgá-los ajuda a explicar o caos do Complexo do Curado. Com capacidade para 1.466 vagas, confinava 6.862 homens em abril, início do mutirão, dos quais 4.448 deles aguardavam a sentença. Um índice de 64,8% de provisórios. A situação de um detento suspeito de homicídio em Olinda chamou a atenção do magistrado designado pelo CNJ. Rodrigo da Silva Gonçalves está no cárcere há seis anos e seis meses. Mas, até agora, só ele foi interrogado, sem que nenhuma testemunha tenha sido ouvida. Nove audiências designadas não foram realizadas. “O paciente está preso há cerca de 2.400 dias, sem saber sequer quantos meses mais terá que aguardar para que a instrução seja concluída, com provável impronúncia diante da ausência de provas, mesmo sendo totalmente desnecessária sua prisão”, destacou o magistrado.

Assunto: Defesa de suspeito de participar da morte de médico pede revogação da prisão temporária	
Veículo: folhape.com.br	Data: 07/07/2014
Editoria:	Seção:



Defesa de suspeito de participar da morte de médico pede revogação da prisão temporária

Recurso foi impetrado na 1ª Vara do Tribunal do Juri de Jaboatão, nesta sexta-feira

A defesa do bacharel em Direito Cláudio Amaro Gomes Júnior, suspeito de envolvimento no assassinato do cirurgião-torácico Artur Eugênio Bezerra de Azevedo, entrou com um pedido de revogação da prisão temporária do cliente, confirmou ao Portal FolhaPE o advogado Braz Neto. O recurso foi impetrado na 1ª Vara do Tribunal do Juri de Jaboatão dos Guararapes, às 11h28 desta sexta-feira. Cláudio Júnior está detido no Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, junto com o seu pai, o médico Cláudio Amaro Gomes, que também é suspeito de participação na morte do colega de profissão.

Na petição, o advogado considerou a Presunção de Inocência, prevista no artigo 5º a Constituição Federal (CF). “Ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”, declarou Braz Neto. Questionado sobre a expectativa de um possível deferimento do pedido pela juíza substituta Gisele Vieira de Resende - que deve analisar o caso -, o advogado demonstrou confiança. “Estamos esperançosos, pois ele preenche todos os requisitos exigidos para a revogação da prisão temporária”.

Na última quarta-feira (02), a juíza substituta Gisele Vieira de Resende deferiu o pedido de prorrogação temporária do médico e do bacharel em Direito, feito pelo delegado Guilherme Caraciolo, que está à frente do inquérito que investiga o assassinato do cirurgião torácico Artur Eugênio de Azevedo Pereira. Com isso, os dois suspeitos devem ficar mais 30 dias na prisão.

Na solicitação da prorrogação da prisão, o delegado alegou que a soltura deles poderia comprometer as investigações. Segundo apurou a polícia, o médico e o bacharel em Direito realizavam ligações telefônicas e vinham ameaçando testemunhas. A Secretaria de Ressocialização (Seres) identificou que Cláudio Júnior chegou a passar 20 dias no castigo, sozinho em uma cela, após ter sido constatado que ele teve acesso a um celular. Uma sindicância foi aberta para apurar como o equipamento chegou até as suas mãos.

O pedido de revogação da prisão temporária já havia sido feito pela defesa do médico Cláudio Amaro Gomes, no dia 13 de junho. A solicitação, no entanto, foi indeferida pela juíza Inês Maria de Albuquerque, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes. Antes, no dia 09 de junho, o profissional teve negado o pedido de Habeas Corpus.

O corpo do médico paraibano Artur foi encontrado dentro do seu veículo, às margens da BR-101, nas imediações do município de Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife (RMR). A vítima apresentava quatro disparos de arma de fogo. O cirurgião-torácico Cláudio Amaro Gomes e o seu filho, Cláudio Amaro Gomes Júnior, foram detidos no dia 03 de junho como suspeitos de serem os mandantes do assassinato. O veículo do médico foi encontrado um dia depois do cadáver, no bairro da Guabiraba.

Assunto: Liminar da justiça reabre bufê infantil no Pina	
Veículo: NE 10	Data: 07/07/2014
Editoria:	Seção:



Liminar da justiça reabre bufê infantil no Pina

Uma decisão liminar dada pelo juiz plantonista do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Marcus Vinícius Nonato Rabelo Torres, autorizou neste domingo (6) a reabertura do Game Station Buffet. O estabelecimento, localizado no Pina, Zona Sul do Recife, foi fechado na última sexta-feira (4) pela Vigilância Sanitária. De acordo com a empresa, a justiça entendeu que não há indícios que justifiquem a suspensão de suas atividades.

Em nota, o Game Station respondeu que permanece à disposição das autoridades sanitárias e deseja que o caso seja esclarecido com máxima rapidez. A empresa ainda revelou que no dia 3 de junho, ao receber a visita da vigilância, não se negou a fornecer o material coletado para a análise. Porém, na sexta-feira (4), a Vigilância sanitária interditou o estabelecimento sem apresentar justificativas que comprovassem irregularidades, e não esperando os cinco dias necessários para a análise dos produtos coletados.

Assunto: Novo Recife: Câmeras de segurança são quebradas, mas viaduto continua sendo monitorado	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 6/07//2014
Editoria:	Seção:



Novo Recife: Câmeras de segurança são quebradas, mas viaduto continua sendo monitorado

O ex-comandante geral da PM Coronel Meira, hoje aposentado, foi contratado pelo Consórcio Novo Recife para cuidar da segurança do terreno no Cais José Estelita, depois do processo de reintegração de posse solicitado à Justiça. Depois de cercar a área e instalar câmeras de segurança em vários pontos, o ex-policiaI tem enfrentado um problema.

As câmeras de segurança apontadas para a direção do Viaduto Capitão Temudo foram apedrejadas e quebradas, possivelmente pelos antigos invasores do terreno. Telas foram colocadas como suporte para evitar a inutilização dos equipamentos, mas o monitoramento continua.

Assunto: Raul Jungmam diz que Câmara Municipal divulgou informação falsa sobre decisão do TJPE	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 4/07//2014
Editoria:	Seção:



Raul Jungmann diz que Câmara Municipal divulgou informação falsa sobre decisão do TJPE

O vereador Raul Jungmann (PPS), líder da bancada da oposição, questiona como o mandado de segurança que deu entrada no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE), solicitando a suspensão da sessão plenária da última terça-feira, pôde ter sido negado por um desembargador antes da distribuição no Judiciário.

O parlamentar explica que, por um erro de digitação, não apresentou o pedido à Justiça na quarta-feira, mas sim nesta quinta-feira, no final da tarde, sem tempo hábil para um magistrado emitir seu parecer no começo da noite, quando a negação foi divulgada na imprensa.

“A informação sobre a decisão do desembargador foi equivocada ou houve má-fé de quem a propagou. Não me surpreende a maneira como desrespeitaram o Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife, pois fazem prevalecer a vontade da Prefeitura a todo custo. Porém, induzir a imprensa ao erro é passar dos limites”, advertiu Raul Jungmann.

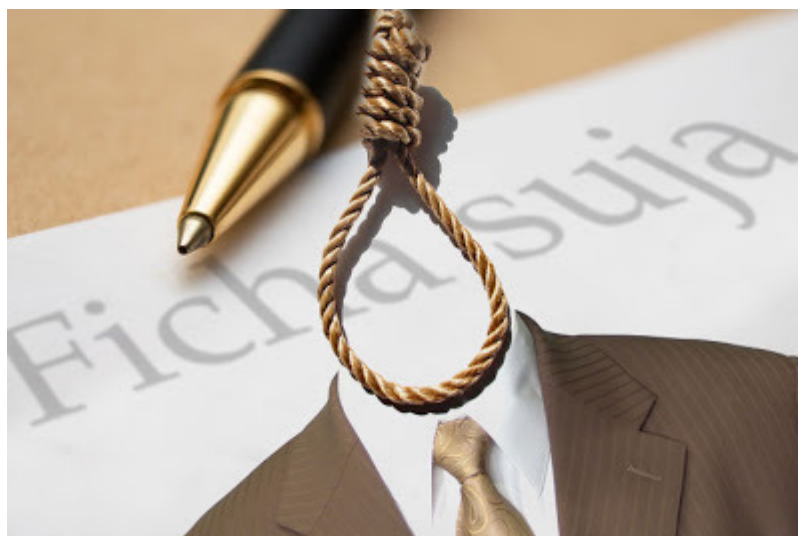
“Querem antecipar os fatos como fizeram com a ordem do dia da quarta-feira, quando publicaram o parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamento sobre a PLE 20/2014 antes mesmo da reunião dos seus membros?”, apontou o vereador.

Raul Jungmann entrou com o mandado de segurança porque não poderia existir votação na sessão plenária da última terça-feira, uma vez que a ordem do dia não foi entregue nos gabinetes ou publicada no site oficial três horas antes do início da sessão, como determina o parágrafo único do artigo 309 do Regimento Interno.

Assunto: Há 14 mil fichas sujas impedidos de se candidatar	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 6/07//2014
Editoria:	Seção:



Há 14 mil fichas sujas impedidos de se candidatar



O Brasil tem cerca de 14 mil políticos e agentes públicos condenados nos tribunais de Justiça que, caso sejam candidatos, devem ser impedidos de disputar as eleições deste ano, que começam neste domingo. Levantamento exclusivo obtido pelo GLOBO junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permitiu reunir as condenações por improbidade administrativa e por atos previstos na Lei da Ficha Limpa que tornariam os réus inelegíveis para o pleito deste ano. Juntas, as pessoas envolvidas nos 14.175 processos em que houve condenação nos tribunais regionais federais das cinco regiões, tribunais de Justiça estaduais e Supremo Tribunal Federal (STF) devem pagar à Justiça, entre multas e ressarcimentos, cerca de R\$ 3 bilhões em decorrência de infrações criminais cometidas.

- Pode acontecer de uma pessoa ter mais de uma condenação em instâncias jurídicas diferentes, mas que não altera muito o número total de agentes punidos, que fica em torno de 14 mil – explica Clenio Jair Schulze, juiz auxiliar da Presidência do CNJ.

O cadastro é alimentado pelos próprios tribunais com informações de processos transitados em julgado (quando não cabe mais recurso) e com condenações em segunda instância por crimes contra a administração pública e outros que tornam a pessoa inelegível.(O Globo)

Assunto: Jungmann questiona suspensão do mandato de segurança	
Veículo: Blog da Folha PE	Data: 4/07//2014
Editoria:	Seção:



Jungmann questiona suspensão do mandato de segurança

O líder da oposição na Câmara do Recife, Raul Jungmann (PPS), questionou a decisão do desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE), Evandro Magalhães, que na última quinta-feira (3), negou um pedido de liminar do parlamentar solicitando a suspensão da sessão plenária realizada no dia 1º de julho. O opositor afirmou que o presidente da Casa, Vicente André Gomes (PSB), descumpriu algumas normas estabelecidas no Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife.

Nesta sexta-feira (4), através de uma nota à Imprensa, Raul Jungmann questionou “como o mandado de segurança que deu entrada no TJ-PE pôde ter sido negado por um desembargador antes da distribuição no Judiciário.” O parlamentar explicou que, por um erro de digitação, não apresentou o pedido à Justiça na quarta-feira, mas sim nesta quinta-feira, no final da tarde, sem tempo hábil para um magistrado emitir seu parecer no começo da noite, quando a negação foi divulgada na imprensa.

“A informação sobre a decisão do desembargador foi equivocada ou houve má-fé de quem a propagou. Não me surpreende a maneira como desrespeitaram o Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife, pois fazem prevalecer a vontade da Prefeitura a todo custo. Porém, induzir a imprensa ao erro é passar dos limites”, advertiu Raul Jungmann. “Querem antecipar os fatos como fizeram com a ordem do dia da quarta-feira, quando publicaram o parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamento sobre a PLE 20/2014 antes mesmo da reunião dos seus membros?”, complementou o vereador.

Raul Jungmann entrou com o mandado de segurança porque não poderia existir votação na sessão plenária da última terça-feira, uma vez que a ordem do dia não foi entregue nos gabinetes ou publicada no site oficial três horas antes do início da sessão, como determina o parágrafo único do artigo 309 do Regimento Interno. “Quem faz o regimento da Casa são os vereadores. Diante do questionamento do vereador Raul, levei o caso para a Mesa Diretora que me deu segurança em prosseguir com a votação. Eu, enquanto representante do povo, não poderia prejudicar os servidores municipais que aguardavam no plenário essa votação”, rebateu Vicente André Gomes.